



CAF
↓

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASTÊLO DA MAIA DO ANO DE 2020 -----

Aos 29 dias de junho do ano de 2020, pelas 21:30 horas, reuniu no **Auditório da sede de Junta de Freguesia situado na Rua Padre Domingos da Silva** a Assembleia de Freguesia de Castelo da Maia na sua primeira sessão ordinária referente ao ano de 2020, conforme edital de 17 de junho. Foram registadas as presenças e dado a conhecer o pedido de substituição da deputada Filipa Rafael, primeira secretária da mesa, foi substituída pelo senhor deputado João Loureiro que assumiu as funções de primeiro secretário, foi registado o pedido de substituição da senhora deputada Maria Elisabete Areosa, substituída pelo senhor deputado João Rocha e da senhora deputada Alexandrina Santos, substituída pelo senhor deputado Pedro Gomes da Costa. Foi registada a ausência do senhor deputado Fernando Ferreira.

Todos os deputados presentes assinaram a respetiva lista de presenças.

No ponto 1: Período antes da ordem do dia

No ponto 1.1 foi apreciada e votada a ata da Sessão da Assembleia de Freguesia de 27.12.2019. A ata foi aprovada por unanimidade.

No ponto 1.2-Período reservado para intervenção do público- inscreveram-se os senhores Renato Cardoso, Carlos Magalhães, António Duarte e Rute Moreira.

O senhor Renato Cardoso começou por agradecer ao Executivo da Junta o apoio prestado durante a pandemia na distribuição de viseiras. Apelou ainda para que futuramente o Executivo da Junta considere a Associação de Moradores como um parceiro. Questionou seguidamente se não seria de ponderar a existência e a elaboração de um plano permanente de serviços e de agregação de unidades, que de forma coordenada, agissem em situação de calamidade. Perguntou ainda se é conhecido o ponto de situação da revisão do PDM.

MS
X



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O senhor Carlos Magalhães deu conta que depois das obras de requalificação da Praça 5 de Outubro, os habitantes da Real Castelo estão confinados a aceder à EN14 pela Avenida Estevão Oliveira Maia, devido ao novo sentido proibido. Considerou que em horas de ponta é muito difícil entrar na estrada e que poderiam ser criados outros pontos de acesso. Quanto ao percurso entre a Estalagem do Galo e a Maxmat, apontou que não há passeios e que a circulação dos peões é muito perigosa.

O senhor António Duarte questionou a disponibilização das atas no Portal da Freguesia. Enquanto habitante de Calquim e Castelêense, lembrou a obra da variante à EN14, apontando a inatividade do Executivo e da Assembleia relativamente à obra. Lembrou que para chegar ao centro do Castelo tem de usar o carro para contornar a nova estrada. Afirmou que consultando as atas da Assembleia não conseguiu informação sobre a obra nem conhecer o resultado das questões colocadas à Infraestruturas de Portugal. Apontou que foi feita uma ponte na Rua Fonte Cova que parece que não vai resolver nada, não tendo nem largura para cruzarem dois camiões. Considerou que os acessos de Calquim ao Centro de Saúde ou à Farmácia ficaram muito dificultados, principalmente para os mais velhos. Já no Souto da Marcela, alertou que há um sinal de stop sem visibilidade para quem entra na Rua Central de Calquim em direção a Barca. Chamou ainda a atenção para a limpeza das bermas realizada pela Junta de Freguesia, em que as pequenas pedras acabam por atingir e picar as paredes e as viaturas.

A senhora Rute Moreira lembrou as questões colocadas por ela própria há um ano, referentes à Variante à EN14. Considerou que a Junta e a Câmara se esqueceram da população, das crianças, do Centro de Saúde e do Metro. Considerou que se os responsáveis saíssem dos gabinetes para a praça pública, se calhar os problemas eram resolvidos. Alertou para a perigosidade do novo trajeto



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

de Fonte Cova até ao antigo cruzamento “do Campainha”. Explicou que com a nova Variante a população ficou completamente isolada, até porque o único autocarro que passava perto desapareceu. Reforçou o problema do sinal de stop na Rua da Marcela, que não tem visibilidade para quem entra na Rua Central de Calquim em direção a Barca. Já na Rua Central de Calquim, no seguimento da Rua da Marcela para Barca, há um outro sinal de stop que não é visível porque perdeu a cor.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da Junta que respondeu. Começou por afirmar que gostaria que a Junta de Freguesia tivesse capacidade de decisão, pois alguns dos problemas são bem visíveis e já estariam resolvidos. Deu nota que lhe foi dito que as inconveniências causadas pela nova Variante à EN14 são “o custo do progresso”. Reforçou que a Junta está impossibilitada de resolver o problema da variante, aconselhando a que as queixas sejam direcionadas à Câmara e apresentadas na Assembleia Municipal para terem outro impacto. Respondendo ao senhor Renato Cardoso, indicou que de uma forma global a Junta de Freguesia tentou dar resposta e juntar-se às ações desenvolvidas durante a pandemia. Quanto ao PDM informou que as reuniões, interrompidas devido à Covid-19, irão regressar. Ao senhor Carlos Magalhães explicou que a alteração no sentido foi da responsabilidade da Câmara Municipal e que a Junta está a aguardar uma interceção da Rua Dr. Fernando Araújo Barros com a EN14, que, numa primeira versão, não foi autorizada pela Infraestruturas de Portugal. Quanto à questão dos passeios, considerou-a muito importante, acrescentando que a Junta está a tentar resolver o problema também na porção da Rua Bernardino Machado, pois têm a indicação que a obra da Variante à EN14 não vai incluir passeios nem muros. Ao senhor António Duarte afirmou não ter respostas para dar, dado que o Executivo apenas se pode limitar a transmitir as preocupações da população, coisa que tem sido feita inúmeras vezes. Informou que lhe foi dado conta que foram ultrapassadas



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

algumas situações não previstas e de que até ao momento foram construídas duas pontes que não estavam previstas inicialmente. Uma em Fonte Cova e outra na Via Diagonal. Quanto à questão dos stops, agradeceu o alerta e garantiu que vai resolver. Sobre as pedrinhas que saltam, fruto da limpeza das ruas, lembrou que esta é realizada pela Maiambiente e vai chamar a atenção para a situação.

Neste ponto a senhora presidente prestou esclarecimentos e informou que está em curso a alteração do sentido na rua do Conservatório de Música da Maia, sentido esse anteriormente imposto pela Infraestruturas de Portugal. Acrescentou ainda que a EN14 não é de responsabilidade municipal, sendo muito complicado que a Junta ou até a Câmara Municipal concretizem obras, como é o caso dos passeios.

No ponto 1.3-Outros assuntos- inscreveram-se os senhores deputados António Peixoto, Joaquim Carvalho, Armindo Moutinho e Marco Correia.

O senhor deputado António Peixoto começou por abordar o arranjo urbanístico junto à Igreja de Barca, perguntando quem idealizou o projeto e apontando que demorou mais de três anos a sair do papel. Explicou que a rua da Igreja a chegar junto à Árvore do Camilo passa de três metros para dois metros e quase atira os carros para a berma, e o passeio que se fez junto à árvore não tinha altura suficiente, tapando os ramos o caminho. Apelidou o arquiteto responsável de incompetente, sublinhando a incompetência total que acompanhou a obra. Questionou ainda o final de um passeio, junto ao terreno da família Moreira Torres e qual a razão do mesmo não ter sido estendido mais 100 metros, para terminar junto à casa paroquial. Quanto à iluminação pública, deu conta da existência de técnicos a colocarem equipamentos LED, garantindo que a iluminação é agora insuficiente para a via pública. De seguida questionou o senhor presidente da Junta de Freguesia relativamente ao Conselho Municipal de



f m

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Segurança e quais os temas discutidos na última reunião e se o mesmo funciona. Perguntou qual a postura relativamente à falta de segurança no Castelo da Maia, recordando a vandalização do Monte de Santo Ovídio e questionando qual o papel que o Executivo tem exercido junto da GNR e das outras entidades. Lembrando a sessão anterior da Assembleia, reviveu que o senhor presidente da Junta de Freguesia considerou frustrante a falta de respostas sobre a Variante, e reforçou que a população se sente prejudicada. Marcou a Rua da Agra e a Rua Serafim Cruz como zonas que serão mais prejudicadas e apresentou, para discussão e votação, proposta referente à solicitação às Entidades Competentes da construção de uma passagem superior pedonal e viária sobre a Variante à EN14. Lembrou de seguida que o parecer da comissão de avaliação já apresentava os problemas levantados e há que tomar uma atitude sem esperar pela Câmara Municipal. Sugeriu ainda que a Junta de Freguesia avance com uma Providencia Cautelar, aludindo à boa capacidade financeira da mesma. Por fim mostrou satisfação pela proposta de alteração do sentido na Rua João Maia estar em vias de ser aprovada.

O senhor deputado Joaquim Carvalho começou por questionar como está o Executivo a rastrear as situações de emergência social, se conhece as famílias carenciadas e se tem algum acordo com alguma associação de apoio. Ainda no campo da pandemia recordou os almoços realizados pelo restaurante Ferradura, preferindo deixar este tema para a aprovação das contas. Perguntou se estão pensados outros apoios para as famílias e se os apoios às associações solidárias vão ser reforçados. A nível de incêndios perguntou se há novidades nas medidas de prevenção da Junta de Freguesia. Sobre a EN14 reforçou o pedido já feito para os semáforos da Rua da Igreja. Alertou para as matilhas de cães vadios e interrogou se há algum programa de apoio à recolha destes animais. Por fim, sobre as antigas caixas dos CTT, perguntou se é possível a Junta de Freguesia mapear as mesmas em conjunto com os CTT.

Ad
X



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O senhor deputado Armindo Moutinho deu conta que teve conhecimento de projetos de solidariedade através do senhor Renato Cardoso, concretamente as viseiras, elogiando a Associação de Moradores. Recordando que é dia de São Pedro, evidenciou que mais uma vez a Assembleia coincidiu com a data. Sobre a primeira assembleia do ano, mostrou-se surpreendido por não ter havido entrega de documentos em abril, mês em que usualmente são analisados. Garantiu que com o prazo em que os documentos foram entregues é quase impossível a análise do orçamento. Sugeriu a entrega atempada, em articulação da Assembleia com o Executivo. Já sobre os cemitérios, considerou que foi excelente a retirada dos utensílios de higienização, notando no entanto que faltou a comunicação da medida. Similarmente faltou informação sobre o período de encerramento. Deu ainda conta que em Barca nunca se encerrou o cemitério às 19.00h, considerando a decisão uma falta de sensibilidade e uma utilização da força do poder. Sobre a Rua Central de Mandim, questionou porque não se fazem passeios desde a rotunda até à Escola. Falou ainda dos inconvenientes causados pela nova variante à EN14, considerando um desastre que as pessoas de Gondim não possam ter as mesmas condições dos outros Castelênses.

O senhor deputado Marco Correia começou por abordar as repercussões da pandemia, principalmente na saúde e qualidade de vida, demonstrando apreensão e esperança. Deixou os parabéns ao Executivo da Junta e principalmente aos privados que foram proactivos. Lembrou que devemos estar preparados e procurar soluções. Sugeriu a criação de uma bolsa de voluntariado de pessoas e instituições que queriam colaborar com a Junta.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que respondeu. Começou por apontar que alguns senhores deputados transportam de assembleia para assembleia assuntos recorrentes, insistindo em situações que



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

sabem como se processam, principalmente em termos de competências. Começando pelo senhor deputado António Peixoto, deu nota do registo das palavras, lembrando que várias vezes falou da operação junto á Árvore do Camilo. Sobre a qualidade da intervenção considerou não ter capacidade técnica para a comentar, assegurando o mesmo sobre a iluminação LED. Quanto ao Conselho de Segurança, informou que o representante da Junta de Freguesia iria estar presente pessoalmente, no entanto, tal não foi possível. Quanto à variante da EN14, disse que o executivo se associa à maioria dos desejos da população.

Ao senhor deputado Joaquim Carvalho explicou que na presente fase a Junta está a encaminhar para a Câmara Municipal os pedidos da área social. Quanto às refeições solidárias, salvo os casos mais gritantes, foram atribuídas a quem solicitou. Aproveitou para agradecer as palavras do senhor deputado Marco Correia, afirmando que o Executivo faz a sua obrigação e que tenta fazer um levantamento rigoroso, preparando-se para o futuro. Garantiu que a Junta se associa a todas as ações que surgem com consistência no plano solidário. Sobre os cães vadios, informou que a Junta está limitada e reporta à Câmara, que a muito custo recolhe alguns. Quanto ao problema das caixas dos CTT lembrou que são propriedade dos CTT e serão eles que as terão de levantar.

Ao senhor deputado Armindo Moutinho, começou por questionar o porquê de os antigos presidentes de Junta de Barca não terem feito algumas das obras “tão simples” que agora estão a ser criticadas. Sobre os cemitérios explicou que houve uma indicação da Câmara Municipal da Maia para que os horários fossem coincidentes. Reconhece que fechar o cemitério às 19.00h pode ser cedo e está disponível para analisar, ao mesmo tempo que afirma não ser normal manter um cemitério aberto 24 horas por dia. Sobre os passeios, revelou que quando acontecer a “Operação Pavimentos” espera que sejam executados alguns



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

passeios, por exemplo junto à Escola. Sobre a Variante à EN14 decidiu não se pronunciar novamente.

A senhora presidente colocou a votação a admissão da proposta da Coligação “Um Novo Começo”. A admissão da proposta foi aprovada por unanimidade. Inscreveram-se os senhores deputados José Eduardo, Armindo Moutinho e António Peixoto.

O senhor deputado José Eduardo começou por apontar a extensão do texto, pedindo à Coligação “Um Novo Começo” para explicitar o que pretende - ou seja - se pretende que a Assembleia elabore uma proposta concreta caso a atual seja aprovada. Fez menção que teria de ler melhor o documento e de verificar as situações referidas, correndo o risco de votar situações que pode desconhecer.

O senhor deputado Armindo Moutinho questionou se a proposta foi feita pela coligação “Um Novo Começo” ou pela Assembleia de Freguesia do Castelo. Ou seja, quem serão os subscritores da proposta. Aqui, a senhora presidente usou da palavra para esclarecer que a proposta seria subscrita por todos os membros da Assembleia.

O senhor deputado António Peixoto começou por se dirigir ao senhor deputado Armindo Moutinho para se mostrar admirado que o problema não esteja na proposta mas sim no partido que a apresenta. Afirmou que parece que todos querem ter protagonismo e explicou que a proposta está clara e apresenta o que será feito a seguir. Repetiu que a coligação solicita o apoio de todos os partidos representados na assembleia, para o envio de uma proposta para a construção de uma passagem superior na Rua Serafim Cruz, que permita o acesso a veículos e pessoas. Relembrou que estiveram moradores na assembleia a falar dos problemas e pediu para que todos assinem uma petição. Afirmou ainda que a



Handwritten initials or signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

coligação “Um novo começo” está a defender os interesses da população que todos estão a representar. Seguidamente lembrou que o presidente da Junta de Freguesia se diz incompetente nesta questão, no entanto, em todo o país e não só, se vê presidentes de Junta a colocarem providências cautelares e todos os demais mecanismos legais ao seu dispor para defender a população - era importante que o senhor presidente de Junta garantisse que ia defender a população. Pediu por fim que haja outras respostas por parte do Executivo da Junta, caso contrário o próximo passo será a Assembleia propor uma Assembleia Extraordinária, em Gondim, convidando as pessoas para estarem presentes e manifestarem-se. Finalizou, dizendo que espera que a proposta seja aprovada por unanimidade, desafiando a que o assunto seja levado o mais longe possível, estando na altura de dizer basta e chega.

O documento foi colocado para aprovação, sendo aprovado por unanimidade. O senhor deputado José Eduardo apresentou declaração de voto, começando por declarar que sempre foi séptico em relação à construção da Variante e que o problema de trânsito poderia ter sido resolvido de outra forma, até com a remoção das portagens na A41 e na A3 até Famalicão. Afirmou que esta variante vai resolver mais os problemas de trânsito da Trofa do que do Castelo da Maia. Lembrou que todos os partidos, sem exceção, pediram uma variante de 4 faixas, que depois passou para duas faixas. Ninguém sabia qual era o trajeto, muito menos os contornos e o número de passagens desniveladas. Garantiu que não há informação suficiente e que há um Ministério que acha que pode fazer as obras como quer sem dar ouvidos às Câmaras Municipais. Considerou que na situação concreta, uma providência cautelar não iria ser consequente. Terminou dizendo que está certo que todos querem que a passagem superior seja construída e que ninguém quer que uma parte da população fique enclausurada.

AA
X



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

No ponto 2: Período da ordem do dia

No Ponto 2.1- Informação do Sr. Presidente de Junta sobre a atividade da mesma e sobre a sua situação financeira;

Neste ponto foi dada a palavra ao senhor presidente de Junta, tendo este prescindido. Inscreveram-se os senhores deputados Joaquim Carvalho e Armindo Moutinho.

O senhor deputado Joaquim Carvalho começou por pedir ao senhor presidente de Junta que separe o que são atividades da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Quanto ao ponto que refere a Rua da Liberdade, pediu para que fosse corrigido para Largo da Liberdade. Posteriormente perguntou que tipo de colaboração teve a Junta de Freguesia na oferta de refeições.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por abordar a “intervenção minimalista” na “Árvore do Camilo”, dizendo que gostava que o senhor presidente perguntasse qual foi o reбуçado dado à Camara para que a intervenção terminasse imediatamente após a entrada agrícola da família Moreira Torres. Considerou a obra uma aberração de arquitetura e questionou se a obra foi um favor ao proprietário, porque por 30 metros não se concluiu a intervenção na rua. Considerou que a obra é uma obstrução à própria rua. De seguida perguntou se a quantidade de adjudicações presente na informação é da Junta ou da Câmara. No caso de serem da Junta de Freguesia, perguntou qual é o orçamento de todas as adjudicações. Posteriormente perguntou qual foi o tipo de



f 05

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

participação que a Junta teve com o Restaurante Ferradura, na oferta de refeições, e se foi solicitado pela Junta ou pelo Restaurante. Afirmou ainda que na época atual é preciso em primeiro lugar que cada um seja solidário com as suas famílias e, no caso da Junta de Freguesia, a sua família são os funcionários, que estiveram enclausurados dentro dos equipamentos da Junta. Assim, perguntou porque não se copiou a atuação das outras Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal. Sublinhou, a propósito, que na altura do confinamento qualquer serviço tinha de ser previamente solicitado.

Esclareceu o senhor presidente da junta de freguesia. Ao senhor deputado Joaquim Carvalho comunicou que na informação, segundo a prática corrente, a diferenciação das obras da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal está implícita e estas são facilmente identificáveis. Agradeceu a nota para a diferença de Rua e Largo da Liberdade. No que respeita às associações solidárias, respondendo também ao senhor deputado Armindo Moutinho, informou que a iniciativa partiu do Restaurante Ferradura, que tinha os empregados em lay-off. O Restaurante em causa ofereceu a sua estrutura para cozinhar e servir refeições. O critério de seleção para acesso às refeições solidárias foi largo, acreditando o senhor presidente da Junta que bastaria que alguém saísse de casa para se sujeitar á vergonha social de estar na fila. Mesmo assim, reconheceu que haveria um ou outro que talvez não necessitasse e que o critério poderia ter sido outro. Informou ainda que a Junta chegou a passar declarações para os casos que eram de fora da freguesia. Ainda quanto às refeições solidárias, considerou que o saldo foi bastante positivo, tendo num mês servido duas mil seiscentas e vinte e nove refeições. Para esta atividade, a Junta de Freguesia adquiriu as embalagens alimentares e, como não será realizada a festa de Santo Ovídio, solicitou a colaboração de empresas e particulares que costumam cooperar com a festa, não tendo faltado comida.



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Ao senhor Armindo Moutinho disse que não se ia pronunciar mais uma vez sobre a questão da arquitetura da “Árvore do Caminho”, guardando a sua opinião pessoal. Na questão dos Polos da Junta de Freguesia, considerou que pelo facto de estarem abertos, incluindo o Espaço do Cidadão, foram atendidas pessoas de Rio Tinto e de Gondomar, dando o Castelo da Maia solução a problemas de muitas pessoas. Uma vez que a Junta estava munida dos elementos necessários ao controlo da propagação da epidemia, foi tido por bem manter os funcionários nos Polos para dar solução a situações mais urgentes. Explicou que até à data tudo tem corrido com normalidade e de forma positiva. Já no tocante às intervenções, deu conta que o total ronda os cerca de noventa mil euros. Por fim, sobre a intervenção junto à propriedade agrícola mencionada pelo senhor deputado Armindo Moutinho, afirmou desconhecer a família em causa, e que o favor terá sido exatamente igual ao do passeio construído na rua da Cabreira.

No Ponto 2.2- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Ano de 2019.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que se pronunciou sobre este assunto. Começou por explicar que no tocante ao saldo apresentado nas contas, espera ser questionado e, como na última assembleia, esclarece que a Junta foi-se preparando ao longo dos últimos anos no sentido de aproveitar oportunidades de contribuir com uma parte do valor de duas ou três obras. Informou que talvez não seja possível, dentro do atual mandato, concretizar todas, sendo que a Junta poderá dar prioridade a outros projetos, para que o saldo não atralhe alguns membros da Assembleia.

Inscreveram-se os senhores deputados Joaquim Carvalho e Armindo Moutinho.



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O senhor deputado Joaquim Carvalho questionou a prestação de contas e as alterações ao contrato, dizendo que pode parecer interessante ter um saldo positivo. Afirmou que, no limite, as ações da Junta de Freguesia ficaram por concretizar. Apontou que na página cinco, no ponto 07.01.04.12 estavam previstos dez mil euros e foram gastos cinquenta e cinco mil, ou no ponto 07.07.01.15 estavam previstos sete mil e quinhentos e foram gastos vinte e dois mil e oitocentos. A nível de receita há valores previstos de cem euros e entraram cinquenta e quatro mil. Afiançou que estes dados não quer dizer que os valores foram gastos mal ou gastos bem, quer dizer que o planeamento foi um desastre. Há desvios de 50, 60 ou 80%, ou seja, ou não houve planeamento ou quase todas as contas sofreram alterações altíssimas. Já a rubrica 04.08.08 – subsídios para ajuda às famílias e políticas ativas de emprego e formação – é um exemplo do que o Executivo pensa que é o papel uma autarquia deve no que diz respeito ao apoio social. Evidenciou então que a taxa de concretização orçamental desta rubrica foi de 0% e perguntou se vivemos todos num país em que ninguém precisa de apoios. De seguida, afirmou que a rubrica 04.08.12 – iniciativas de âmbito social – apresenta uma baixíssima taxa de execução, tendo ficado com um valor de 39,3%. Mais ainda, comparou que foram gastos sete mil oitocentos e sessenta e três euros em indicativas e ações sociais e na rubrica publicidade foram gastos dois mil oitocentos e quarenta e sete euros. Finalizou dizendo que ter dinheiro no banco não significa ter uma boa gestão e sublinhou que há uma linha que separa o não despesismo da inércia e da falta de concretização. Deixou a esperança de que o ano de 2020 seja pautado por uma gestão mais bem planeada, direcionada aos reais interesses das famílias do Castelo da Maia.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por questionar a necessidade de uma caução de dez mil setecentos e trinta e cinco euros, como em 2018, nas contas da ordem. Nas despesas das escolas, afirmou que inicialmente a dotação orçamental não era elevada e, mesmo assim, a execução ficou-se por 79,4%. Em

MAF



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

2018, a dotação era menor e a execução foi superior. Comentou que nas famílias também houve uma execução realmente muito baixa. Deu nota que a área social deve nortear o pensamento de quem está a gerir os dinheiros públicos. Já quanto ao saldo, considerou-o bom e disse que espera que seja empregue no melhor para as famílias do Castelo.

Foi dada a palavra ao senhor presidente de junta, que prestou esclarecimentos, começando por dirigir-se ao senhor deputado Joaquim Carvalho, clarificando que as obras para as quais está reservado o saldo não ocorreram. Na verdade, houve uma mudança brusca no critério da recuperação e reconstrução do mercado do Castelo da Maia, tendo estado praticamente consumado com um contrato. Houve depois uma mudança no critério, recomendando que uma ou mais entidades privadas realizem as obras, beneficiando de um contrato a médio ou longo prazo. Já na reabilitação e recuperação do edifício do João da Requeira, onde a Junta tinha a intenção de criar uma universidade sénior, tal não foi possível. Eis as razões do saldo atual. Este saldo não pode esperar indefinidamente para chegar ao final e termos uma acusação com outro tipo de propriedade. Quanto à rubrica onde estavam previstos cem euros, todos os anos acontece o mesmo, em todas aquelas onde há dúvida se será ou não efetivada durante o exercício. Caso seja efetivada, a rubrica é corrigida. Respondendo também ao senhor deputado Armindo Moutinho, chamou depois a atenção para que, por exemplo no caso dos cabazes ou das ofertas às famílias mais carenciadas, a Junta compra os bens alimentares em quantidade e portanto o investimento aparece em outras rubricas que não a assistência social, gerando os desvios. Indicou por fim que na rubrica de emprego e formação, havia apenas um protocolo com o IEF, que deixou de existir. Na dotação das escolas, de 2018 para 2019 a Junta deixou de ter competências e a Câmara voltou a recebê-las, fazendo baixar a despesa da freguesia.



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O documento foi colocado para aprovação. Foi aprovado por maioria com 3 abstenções da coligação “Um Novo Começo”.

No Ponto 2.3.- Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia em 31 de dezembro de 2019 A senhora presidente concedeu a palavra ao senhor presidente da junta, tendo este prescindido. Não se registaram inscrições.

O documento foi colocado para aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Sendo 00:13 hora do dia 30 de junho de 2020, a sessão foi encerrada e foi lavrada e lida a ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente foi elaborada a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pela Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente

Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues

Primeiro Secretário

João Carlos Costa Loureiro

Segunda Secretária

Júlia Rocha

